

## Mídias Digitais e Desenvolvimento: um Olhar sobre Territórios Rurais<sup>1</sup>

Juliana MAGALHÃES<sup>2</sup>

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, BA

### RESUMO

Partindo de conceitos e teorias do desenvolvimento, com foco nos processos de comunicação, este artigo tem como objetivo refletir sobre o papel das mídias digitais em territórios rurais. Através da análise de dados sobre o acesso das populações camponesas às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o texto discute a apropriação das mídias digitais como potencial nos processos de desenvolvimento de comunidades rurais. O estudo, que tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e análise documental, evidencia que a inserção das TICs acontece de forma limitada nas áreas rurais e bastante desigual quando comparada aos espaços urbanos, o que constitui um desafio para as tendências atuais de desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação; mídias digitais; novas ruralidades, sociologia do desenvolvimento; tecnologias da informação e comunicação.

### INTRODUÇÃO

A Internet e a computação sem fio propiciaram o desenvolvimento de diversos avanços tecnológicos nas últimas décadas e uma série de transformações na sociedade. A produção e disseminação constantes de informação, através de meios eletrônicos-digitais, é uma característica marcante deste início de século que não pode ser negligenciada pelos estudiosos das populações rurais. O desenvolvimento da Internet, da computação e das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) acontece de forma bastante acelerada, alcançando as diversas estruturas do tecido social: meios de produção, áreas do conhecimento, relações sociais, política, economia, etc.

No campo da Comunicação, as transformações são evidenciadas de forma intensa. Os meios tradicionais de comunicação de massa estão se reestruturando após o advento dos meios pós-massivos, caracterizados pela vasta quantidade de emissores-receptores e variedade de plataformas. Nesse contexto, diversas pesquisas estão

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: [jmm.lopess@hotmail.com](mailto:jmm.lopess@hotmail.com).

buscando compreender o papel das novas tecnologias em diferentes esferas, seja nas rotinas de produção de veículos/profissionais de comunicação, no cotidiano da população, formas de consumo, nos potenciais educativos, organização de movimentos sociais e fortalecimento da cidadania, e as desigualdades que se reproduzem junto com estes processos.

Este artigo foca o olhar sobre essas transformações da sociedade globalizada em territórios rurais, muitas vezes esquecidos quando tratamos das novas tecnologias da comunicação. O texto está relacionado à uma pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), sobre as estratégias de comunicação relacionadas às mídias digitais desenvolvidas por instituições de assistência técnica e extensão rural no Território do Sertão do Francisco, na Bahia.

Através da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, o artigo tem como objetivo pensar as mídias digitais como parte dos processos de desenvolvimento de comunidades rurais. Para isto, busca-se compreender a realidade destas populações em relação às novas tecnologias, a partir da análise de dados sobre o acesso da população do campo às TICs. O texto está estruturado em quatro seções. Primeiro, trazemos um panorama sobre o rural contemporâneo, para entendermos de qual rural estamos falando e as características que ele possui. Depois, nos debruçamos sobre as teorias do desenvolvimento, com foco na sociologia e comunicação, para em seguida tratarmos da inserção das mídias digitais nestes processos e as transformações sociais e econômicas provocadas por elas. Por último, analisamos dados de pesquisas que mostram o cenário das novas tecnologias em contextos rurais.

## **RURAL CONTEMPORÂNEO**

Os processos de modernização, fruto do desenvolvimento capitalista nas últimas décadas, desencadearam inúmeras transformações nas sociedades, modificando aspectos econômicos, ambientais e sociais. A corrida pela industrialização, vista como grande motor do desenvolvimento durante décadas, e a sua conseqüente urbanização, reconfiguraram não apenas as cidades, mas, também as zonas rurais. Partindo da

constatação dessas mudanças, alguns autores chegaram a apontar o fim das sociedades camponesas, visão da qual não compartilhamos neste estudo.

Não se põe em discussão a inserção econômica, cultural e social das sociedades rurais à sociedade global (Jollivet e Mendras, 1971 Jollivet, 1974c apud Wanderley, 2009, p. 209). Entretanto, “a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura não se traduziram por nenhuma uniformização da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais” (WANDERLEY, 2009, p. 205). Portanto, ao focar nosso olhar sobre o rural, precisamos considerar os impactos da industrialização no campo, assim como a diversidade destes territórios e as peculiaridades que os diferenciam do espaço urbano.

Graziano da Silva e Del Grossi (1997), ao analisarem o papel ocupado pelas atividades não agrícolas no campo brasileiro, a partir dos anos 1980, e a pluriatividade das famílias rurais, ou seja, as diversas atividades exercidas pelos habitantes do campo, observaram uma nova conformação do meio rural brasileiro, denominada de “Novo Rural”, caracterizada por três grandes grupos:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
- b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados. (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1997, p. 170).

Essa nova configuração, conforme destacam os autores, é semelhante ao que já acontecia há muito tempo nos países desenvolvidos. Nestes, as condições de vida entre os habitantes do meio rural e das cidades alcançaram certa equidade, apesar da “paridade está longe de ter sido alcançada de forma homogênea, inclusive nas sociedades de capitalismo avançado” (WANDERLEY, 2009, p. 229). No caso brasileiro, as próprias desigualdades internas e regionais também se refletem nas discrepâncias entre o rural e o urbano. Ao mesmo tempo em que uma parte do rural é caracterizada por alta tecnologia e destaque no setor econômico, outra parcela, maior em quantidade de pessoas, carece de prestação de serviços básicos. Conforme afirma Wanderley (2009, p. 229):

Partes significativas do espaço rural correspondem, frequentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios nacionais, que ainda se diferenciam do urbano pelas suas condições de inferioridade no que se refere, precisamente ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais.

Além da pluriatividade e das novas ruralidades, outras questões foram inseridas no debate sobre o campo brasileiro nas últimas décadas, a exemplo da compreensão da importância dos territórios e a preservação do meio ambiente, o que fomentou as discussões acerca do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento local e territorial. Há também a emergência de novos agentes sociais, como os povos e comunidades tradicionais (quilombolas, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, marisqueiras, etc.) e a própria discussão sobre a dimensão do rural. O censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em sua última edição apontou que a população rural corresponde a cerca de 16% do total de brasileiros, é alvo de bastante críticas. Para Veiga (2002 apud BLUME; SCHNEIDER; 2014) o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios brasileiros e 30% da sua população. De uma forma geral, as tendências observadas no rural contemporâneo perpassam pela discussão sobre as estratégias de desenvolvimento.

## COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O conceito e as teorias do desenvolvimento tiveram origem no século XX e por muito tempo estiveram ligados, necessariamente, à ideia de modernização – atrelada ao processo de industrialização – e como sinônimo de crescimento econômico. O tema do desenvolvimento, predominantemente concentrado na área da Economia, é amplamente utilizado por diversas correntes teórico-políticas (tanto neoliberais quanto neodesenvolvimentistas) e têm servido de orientação para inserção dos países no mundo globalizado e aplicação de investimentos e políticas públicas.

O texto intitulado “*Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*” de Paul Rosenstein-Rodan, datado no ano de 1943, é considerado uma das bibliografias fundadoras da teoria do desenvolvimento na modernidade. Leme (2015, p.

496) destaca que a abordagem teórica do desenvolvimento se refere “ao conjunto de transformações pelas quais as sociedades europeias passaram tanto no padrão e estilo de capitalismo” e pela necessidade de reconstrução destas nações após a Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Para Antunes de Oliveira (2015), o conceito de desenvolvimento, “herdeiro da ideia iluminista de progresso”, continua aberto e alvo de intensas disputas políticas, sendo relacionado comumente à ideia de uma mudança positiva, baseado em uma definição etapista, eurocêntrica e nacionalista metodológica.

No Brasil, e na América Latina como um todo, a Sociologia e a Ciência Política tiveram grande influência, com maior e menor intensidade a depender do período, sob as teorias do desenvolvimento. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), organismo ligado à Organizações das Nações Unidas (ONU) fundado em 1948, abrigou pesquisadores da Economia, História e Ciências Sociais, entre outras áreas, a exemplo de Raúl Prebisch e Celso Furtado, que protagonizaram o debate acerca do tema durante as décadas de 1950 e 1960.

Com sede em Santiago, no Chile, a Cepal pôde construir um olhar sobre o desenvolvimento – e o porquê de os países periféricos não alcançarem o mesmo patamar dos demais – a partir de uma visão de dentro para fora, ou seja, da própria periferia. Através do estruturalismo-histórico, os cepalinos deram notável contribuição à área com a teoria do subdesenvolvimento. Segundo Furtado (1974), a promessa do desenvolvimento econômico para os países em desenvolvimento, nos mesmos moldes em que ele aconteceu nos países líderes da revolução industrial, se constitui em um mito, pois o processo de industrialização das economias subdesenvolvidas é voltado para completar o sistema econômico internacional, não para o nacional.

[...] *o desenvolvimento econômico* – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para explicar e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito [grifos do autor] (FURTADO, 1974, p. 75).

O debate sobre o subdesenvolvimento subsidiou a formulação da teoria da dependência – escola que teve diversos autores e vertentes, a exemplo de Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – que rejeita a visão etapista, na qual os países emergentes se desenvolveriam de maneira homogênea como o passar do tempo; identifica uma relação dinâmica entre as economias periféricas e as centrais, destacando a assimetria de poder no sistema internacional; e enfatiza que as desigualdades da América Latina são um dos principais fatores por trás do subdesenvolvimento (Antunes de Oliveira, 2015, p. 6). Leme (2015) ressalta que nesse período, independente do regime em vigor, o Estado era o centro dos debates sobre o desenvolvimento, “cuja concretude espelhava o progresso material, a substituição das importações, a industrialização e a modernização, por exemplo”.

Nos anos 1980, as questões ambientais são inseridas na problemática acerca do desenvolvimento. A crise ambiental (processos de destruição e degradação dos bens naturais) passa a questionar as teorias e práticas que favoreceram e legitimaram o crescimento econômico sem considerar os aspectos ambientais e culturais. Discussões iniciadas sobre a consciência ambiental, estratégias de ecodesenvolvimento e outros estilos de desenvolvimento se fundem no discurso do desenvolvimento sustentável, oficializado em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro – RJ. De acordo com Leff (2006, p. 134), a noção de sustentabilidade surge do reconhecimento da natureza como “suporte, condição e potencial do processo de produção”. Atualmente, qualquer discussão sobre desenvolvimento perpassa, necessariamente, sobre a sustentabilidade, entretanto, isso não significa que de fato ela aconteça na perspectiva crítica a qual foi concebida, pois conforme aponta Leff (2006) o discurso da sustentabilidade é um simulacro, uma vez que “a sustentabilidade ecológica aparece como condição da sustentabilidade temporal do processo econômico”. Na visão do autor, os objetivos da sustentabilidade só podem ser alcançados se houver uma desconstrução da racionalidade econômica em virtude da construção de uma racionalidade ambiental.

O final do século XX, marcado pelas transformações decorrentes da globalização, é caracterizado pelo neoliberalismo assumindo grande relevância teórica e destaque nas políticas econômicas dos países em desenvolvimento. Uma série de ajustes estruturais e reformas na administração dos Estados são realizados atendendo às pressões

do mercado internacional e de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). As privatizações e desestatizações que ocorreram no Brasil na década de 1990 são fruto deste “padrão de desenvolvimento centrado no investimento privado (nacional e internacional), na abertura externa e na valorização do mercado como meio mais adequado ao mundo globalizado” (LEME, 2015, p. 508).

Nas últimas décadas, o papel do Estado frente às estratégias de desenvolvimento volta a ganhar força a partir da ascensão dos governos de centro-esquerda na América Latina, chamados de “neodesenvolvimentistas”. Surge também no cenário as discussões voltadas para o desenvolvimento local e desenvolvimento territorial, aliados à sustentabilidade. Esse tipo de desenvolvimento compreende um processo de mudanças e melhoria da qualidade de vida de determinadas populações partindo do fortalecimento de fatores internos para alcançar renda, crescimento econômico, efetivação da cidadania, autonomia e acesso a políticas públicas. Tauk Santos (2017, p.8) assinala que “o desenvolvimento local requer mudanças institucionais no sentido de otimizar a governança das instituições públicas locais que possibilitem investimentos sociais estratégicos para a localidade”. Nesta perspectiva, aspectos relacionados à comunicação e cultura são valorizados e compreendidos como fundamentais.

### **Comunicação para o desenvolvimento**

Dentro dos estudos sobre desenvolvimento encontramos diversas vertentes, teorias e ramificações, conforme visto acima. Um dos campos de pesquisa e atuação que também se dedicou sobre o tema é a “Comunicação para o desenvolvimento”, que, segundo Tauk Santos (2017), deu seus primeiros passos pelas abordagens da comunicação rural, esta entendida por Bordenave (1988, p.7) como “o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e os demais setores da nação” influenciados pelo funcionamento da agricultura e relacionados às questões do campo.

Comunicação rural e extensão rural são vistas por diversos autores, atualmente, como sinônimos, ambas inseridas na área da comunicação para o desenvolvimento. Ao longo do tempo, elas foram assumindo diversas características a partir da influência dos

modelos de desenvolvimento implementados. No Brasil, o serviço de extensão rural nasce na década de 1940, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). Com o objetivo de inserir produtores rurais na dinâmica da sociedade de mercado, a extensão rural foi desenvolvida a partir do modelo difusionista – inspirado em autores como Everett Rogers, Daniel Lerner e Wilbur Schramm – , baseado na utilização de métodos clássicos de comunicação e persuasão, caracterizados pela unilateralidade e ausência de contextualização (WAGNER, 2011).

Contrário ao difusionismo, Paulo Freire, na década de 1970, publica o livro “Extensão ou Comunicação?”, no qual faz uma crítica ao modelo de transferência de tecnologia/informações e propõe, fundamentado na ideia de uma educação libertadora, que extensão é comunicação e “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não há transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 17). Em nível de América Latina, contexto à época marcado por ditaduras militares e imposição econômica e cultural dos Estados Unidos e países europeus, há o fomento do debate das políticas públicas democráticas de comunicação, o que originou a criação da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), que tinha como integrantes o próprio Paulo Freire, Gabriel García Márquez, entre outros especialistas. Peruzzo (2013) aponta que em meio à conjuntura de desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas, respaldadas pelas mídias oficiais,

surgem a proposta e as práticas de uma comunicação horizontal, ou seja, comunitária, participativa e democrática e realizada por meio do envolvimento ativo das pessoas como emissoras e receptoras de mensagens nas organizações de base popular, ou associativas e sem fins lucrativos.

Experiências de comunicação popular e comunitária, inspiradas na dialogicidade começam a surgir em vários países da América Latina. Jornais, boletins impressos e rádios apontam como meios alternativos aos grandes veículos de comunicação. A Igreja Católica e Organizações Não-Governamentais (ONGs) assumem, nesse período, importante papel na comunicação para o desenvolvimento na perspectiva da consolidação do pensamento freiriano, conscientização e organização das classes populares.



Acompanhando as mudanças e novas tendências do desenvolvimento, influenciadas pelos processos de globalização da economia, consequências das políticas neoliberais e enfraquecimento da utopia socialista (TAUK SANTOS, 2017), a comunicação para o desenvolvimento também incorporou e assumiu novos contornos, voltando-se para à questão do desenvolvimento local. Para Tauk Santos (2017), a comunicação para o desenvolvimento exerce papel fundamental na construção do desenvolvimento local e sustentável, no sentido de mobilizar e estimular a participação das populações na construção da sustentabilidade econômica, ambiental e social das ações de desenvolvimento. Nesse contexto, é necessário pensarmos a função das mídias digitais entre os agentes sociais inseridos nessa área da comunicação.

## **MÍDIAS DIGITAIS**

Vivemos na época da conectividade, a todo instante e qualquer lugar, através de diversos dispositivos que se tornaram intrínsecos às nossas atividades. Floridi (2014 apud POSSA et al, 2015, p.20) define essa hiperconectividade como “*onlife*”. Para o autor, a hiperconexão chegou a tal ponto, que não é mais possível a separação entre o estar conectado ou desconectado, pois estamos todos “*on*”. “Nuvem”, “algoritmo”, “meme” são palavras relativamente novas no vocabulário popular, mas que permeiam o nosso cotidiano com tanta intensidade que é até difícil imaginar uma sociedade em que não possamos armazenar, compartilhar e acessar um arquivo de qualquer lugar do mundo, desde que com acesso à internet; ou ver notícias e/ou acontecimentos do cotidiano sendo ressignificados, por qualquer sujeito que tenha acesso às TICs, com capacidade de atingir milhares e milhões de pessoas, de qualquer parte da Terra, em um curto espaço de tempo.

Há vinte anos, essas ações, que nos parecem tão naturais, não existiam. Hoje, elas convergem diversas gerações, da analógica aos nativos digitais. Estamos em uma era de transição, de reconfiguração de práticas e produção de novos sentidos, em que a informação ocupa lugar privilegiado e possui grande valor. O caminho percorrido por um sujeito na Internet deixa rastros, que nada mais são do que informações sobre seus gostos, opiniões, perfil de consumo, que se convertem em novas informações e variados tipos de capital.

A produção, troca, organização e consumo de informações é uma das características principais do mundo contemporâneo. Dados e informações, em alguma medida, tornam-se os bens mais preciosos na sociedade na medida em que, a partir disso, inúmeras decisões, com alcance global, podem ser tomadas. [...] É a partir da informação que o sistema capitalista se organiza (MARTINO, 2015, p. 101).

O poder que a informação possui atualmente e as implicações dos usos das mídias digitais na sociedade têm propiciado o surgimento e a consolidação de diversas teorias, das mais entusiastas às críticas. Para Lemos e Levy (2010), a cibercultura - que tem como princípios básicos a emergência de novas vozes e discursos através da liberação do polo de emissão, a conectividade generalizada e a reconfiguração social, política e cultural – possibilita “recombinar e criar processos de inteligência, de aprendizagem, e de produção coletivos e participativos”. De acordo com os autores:

O ciberespaço oferece uma liberdade de expressão, memória e navegação na esfera informacional infinitamente maior do que todas as outras mídias anteriores, ao mesmo tempo em que é uma ferramenta sem precedentes de mobilização da inteligência coletiva (LEMOS; LEVY, 2010, p. 55).

Já Bolaño; Herscovici; Mastrini (p.11), destacam que as novas tecnologias proporcionaram também novas modalidades de exclusão, a exemplo, as disparidades entre tipos de distribuição e conexão de Internet. No mesmo sentido, Ferrareto (2010, p. 11) aponta que “os processos de digitalização ocorrem de forma assimétrica, acirrando a concentração empresarial e a desigualdade no acesso do público aos frutos das novas tecnologias”.

As mídias digitais, chamadas também de mídias interativas ou novas mídias, correspondem às mídias em que os dados (sons, imagens, letras) são convertidos em sequências numéricas ou de dígitos e interpretados por um processador capaz de realizar cálculos complexos em frações de segundo (MARTINO, 2015, p. 11). Elas impactaram o paradigma tradicional da comunicação, em que um emissor transmite uma mensagem para os demais receptores. Há, atualmente, uma diversidade de receptores-emissores e uma infinidade de suportes e plataformas para produção de mensagens, através da internet e dispositivos móveis, o que alterou os processos de produção, transmissão e distribuição da informação. Lemos e Levy (2010) denominam essa característica das mídias digitais

de função pós-massiva, a qual, segundo os autores, permite uma produção livre, de circulação aberta e cooperativa de produtos, próxima da conversação (fluxo comunicação todos-todos em oposição ao um-todos).

As mídias pós-massivas propiciaram o surgimento de um novo perfil de consumidor, o que também é produtor da informação. Além de experimentar práticas que eram restritas aos jornalistas e comunicólogos, os novos consumidores interagem cada vez mais com o conteúdo publicado, demonstrando sua aceitação ou não, e interferem no conteúdo que é veiculado, pautando a mídia.

Se os antigos consumidores eram tidos como passivos, os novos consumidores são ativos. Se os antigos consumidores eram previsíveis e ficavam onde mandassem que ficassem, os novos consumidores são migratórios, demonstrando uma declinante lealdade a redes ou a meios de comunicação. Se os antigos consumidores eram indivíduos isolados, os novos consumidores são mais conectados socialmente. Se o trabalho de consumidores de mídia já foi silencioso e invisível, os novos consumidores agora são barulhentos e públicos (JENKINS, 2009, p. 47).

Os impactos das mídias digitais nos diferentes campos sociais são observados, de forma mais visível, nas zonas urbanas, algumas até denominadas de “cidades inteligentes” e/ou “cidades digitais”. Entretanto, a cibercultura também está inserida na realidade das populações das zonas rurais e dos agentes sociais que atuam direta ou indiretamente no campo. Buscando compreender o meio rural para além de sua atividade tradicional e dentro do universo da cibercultura, Callou (2011) propõe que para pensarmos a relação entre esta e a Extensão Rural, denominada pelo autor de “ciberextensão”, o conceito de socialização é fundamental. Para isso, recorre a alguns autores que pensam os processos de socialização na sociedade atual, marcada pela mediatização das relações. Callou (2011) sugere que no campo da ciberextensão sejam incorporadas as noções de capitais infotécnico e tecnológico, sugeridas por Trivinho:

Se, na atualidade, as pesquisas em Extensão Rural trabalham as dimensões dos quatro capitais principais do desenvolvimento local – capital humano, capital social, capital natural e capital empresarial –, é de se incorporar, também, dependendo da perspectiva teórico-metodológica adotada, as noções que Trivinho desenvolve em torno do “capital infotecnológico” e “capital cognitivo,” ambos interdependentes. [...] À união desses capitais, ele chama de “capital cibercultural completo” (CALLOU, 2011, p. 13).

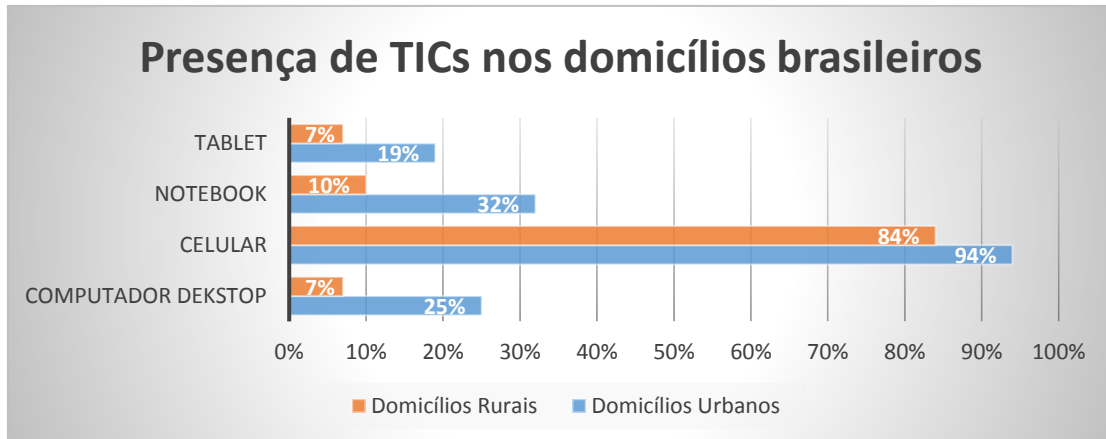
A seguir, analisamos os dados sobre a presença das TICs nos territórios rurais.

## O ESPAÇO RURAL E AS MÍDIAS DIGITAIS

Utilizamos como base para a coleta de dados neste artigo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 (PBM), realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República, que trata dos hábitos de consumo de mídia da população brasileira; e a Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros 2016 (TIC Domicílios) do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Segundo a PBM, a televisão continua sendo a primeira opção dos brasileiros para ter acesso à informação, cerca de 89%. Entretanto, a rede mundial de computadores aparece na segunda posição (49%), considerando a primeira e segunda resposta dos entrevistados, posto ocupado anteriormente pelo rádio. De acordo com a TIC Domicílios, no Brasil, 54% dos domicílios estão conectados à Internet, o que representa 36,7 milhões de residências. A conexão por meio de banda larga fixa está em 23 milhões de residências, já a banda larga móvel, em 9,3 milhões dos domicílios. Ainda de acordo com a pesquisa, as conexões móveis estão presentes em maiores proporções nas classes D e E, na região Norte e nas zonas rurais.

Na área urbana, 59% das residências estão conectadas à Internet, enquanto que nas áreas rurais esse número cai para 26% dos domicílios. Em relação ao consumo de aparelhos eletrônicos-digitaes, a TIC Domicílios mostra que o telefone celular está presente na maioria dos domicílios urbanos e rurais. Já os computadores *desktop*, *notebooks* e *tablets* não são encontrados nem em metade dessas residências, como pode ser observado no gráfico abaixo. Apenas 12% dos domicílios rurais possuem computador e acesso à Internet, na área urbana esse número sobe para 44%.



Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios 2016.

Os dados apresentados revelam que as mídias digitais fazem parte da realidade dos habitantes das zonas rurais, contudo, apenas uma pequena parcela dessa população tem acesso à diversidade de TICs e Internet, situação diferente da que ocorre nas áreas urbanas. Percebe-se que apenas um quarto dos domicílios rurais estão conectados à Internet e, destes, cabe destacar que a conexão via banda larga fixa não alcança metade das residências (42%). Evidencia-se que a inserção e apropriação das mídias digitais tem acontecido de forma desigual entre os territórios urbanos e rurais, e também entre as regiões (Norte e Nordeste aparecem com índices bem menores em relações as outras regiões nas pesquisas citadas).

## CONSIDERAÇÕES

As mídias digitais têm provocado mudanças nos hábitos de consumo e produção de informações dos brasileiros. Acompanhando as tendências globais, as novas tecnologias fazem parte do nosso cotidiano. Entretanto, a inserção e apropriação destas tecnologias acontece de forma bastante desigual no interior do país, o que nos remete a Furtado (1974) quando aponta que as desigualdades internas dos países periféricos são maiores do que as existentes entre estes e o centro do sistema.

Se é consenso que a comunicação está em um momento de construção de um novo paradigma, em decorrência das TICs, é importante que estas desigualdades fomentem debates no intuito de saná-las, senão as mídias digitais irão reproduzir a mesma estrutura dos meios de comunicação de massa, marcados pela concentração econômica e

ausência de pluralidade de vozes. Estes meios, por sinal, assumem ainda grande relevância entre o público rural, pois se só 26% dos domicílios do campo tem acesso à Internet, a televisão e o rádio constituem-se ainda como as maiores fontes de informação das sociedades rurais.

As TICs vêm reafirmar o papel que a comunicação e a informação exercem em nossa sociedade. Em um mundo cada vez mais mediatizado, ter acesso, e com qualidade, às novas tecnologias faz diferença na atuação dos cidadãos. A perspectiva do desenvolvimento local e sustentável deve estar atento às essas questões e buscar saídas para garantia de um acesso universal às mídias digitais, para que grupos e comunidades possam explorar o potencial desses meios em prol do seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES DE OLIVEIRA, Felipe. Das teorias da dependência ao desenvolvimento desigual e combinado: em busca de uma definição materialista-histórica para o conceito de desenvolvimento. *Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente.*

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2016.

BORDENAVE, Juan. **O que é comunicação rural.** Ed. Brasiliense: 3ª Ed. São Paulo, SP: 1983.

BOLAÑO, César; HERSCOVICI, Alain; MASTRINI, Guillermo. *Economia Política da Comunicação e da Cultura: uma apresentação.* Disponível em [http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/2/25/Cesar\\_Bolano2.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/2/25/Cesar_Bolano2.pdf). Acesso em: 11.04.18.

BLUME, Roni ; SCHNEIDER, Sergio . Sobre a Delimitação do Rural: atualizando o debate sobre as metodologias que desmistificam o fim do rural no Brasil.. In: Marcelo Antonio Conterato; Guilherme Francisco Waterloo Radomsky; Sergio Schneider. (Org.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural:** aportes teóricos e proposições metodológicas. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014, v. 1, p. 205-226.

PERUZZO, C.M.K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. *Contemporânea (UFBA. Online)*, v. 11, p. 161-181, 2013. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/6980>.

CALLOU, Angelo. Ciberextensão. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife – PE: 2011.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Pesquisa TIC Domicílios 2016. São Paulo – SP: 2017.

FERRARETO, Luiz Artur; KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio e convergência: uma abordagem pela economia política da comunicação. In: XIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Rio de Janeiro – RJ, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas. In: \_\_\_\_\_ **O mito do desenvolvimento econômico.** 4ª Ed: Paz e Terra, 1974.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O Novo Rural Brasileiro. 1997. Oficina Temática do Projeto Rurbano. Disponível em: [http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/novo\\_rural\\_br.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf). Acesso em 17.05.2018 às 20h51.

JENKINS, Henry. “Venere no altar da convergência”: um novo paradigma para entender a transformação midiática. In: \_\_\_\_\_. **Cultura da Convergência.** 2ª Ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEFF, Enrique. O retorno da ordem simbólica: a capitalização da natureza e as estratégias fatais do desenvolvimento sustentável. In: \_\_\_\_\_ **Racionalidade Ambiental: A reapropiação social da natureza.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro – RJ, 2004.

LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da internet:** em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo, SP: Paulus, 2010.

LEME, Alessandro André. Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária. Revista Sociedade e Estado - Volume 30, Número 2. Maio/Agosto 2015.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais:** linguagens, ambientes, redes. 2ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

POSSA, André et al. Transliteracia na palma da mão: o smartphone na educação do século XXI. Universidade de São Paulo. São Paulo-SP: 2015.

TAUK SANTOS, Maria Salett. A pesquisa em Comunicação e Desenvolvimento: 40 Anos de trajetória na Intercom. In: XXXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/ Curitiba – PR, 2017.

WAGNER, Saionara Araujo. (ORG). **Métodos de Comunicação e Participação nas atividades de Extensão rural.** Editora da URRGS: Porto Alegre, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: \_\_\_\_\_ **O mundo rural como um espaço de vida.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.